

RELATÓRIO REUNIÃO FASUBRA/SESU/ANDES EM 09.05.89.

Pedro fez exposição sobre tentativas de negociação com MEC (14.02 e 18.03) que não foram respondidas exceto na questão da es-tadualização dos HU's. Em seguida abordou a questão da greve e complementou a pauta com os itens: enquadramento, abertura de concurso - MP-50 e apuração e punição dos responsáveis pelos atos terroristas de Volta Redonda. Colocou-se uma preliminar de negociação: a FASUBRA quer resposta formal desdobrada em negociações posteriores. O Secretário Edsom Machado de Souza informou que só escreve o que for definitivo, o que estiver sendo discutido, não.

Pauta:

1. Revisão PCS - Posição SESU: não será feita revisão nas normas jurídicas, do PCS. Não poderá fazer alteração que implique em consolidar uma política de pessoal até a conclusão da discussão da autonomia universitária. A FASUBRA perguntou sobre os problemas de modificação de enquadramento (auxiliar de enfermagem e telefonista) sobre os quais já havia uma aprovação formal anterior do MEC. O Secretário comprometeu-se a ver a questão. Quanto aos erros de enquadramento informou que todos os processos estavam tendo tramitação normal e a FASUBRA poderia ter acesso a eles.
2. Reitor Eleito, Reitor Empossado x questão da autonomia universitária. A SESU informou que as nomeações continuarão obedecendo a legislação em vigor. O ponto de partida para uma modificação será a LDB. O governo poderá propor uma legislação específica do Sistema Federal de Ensino que deverá ser acelerado em função da questão da autonomia. O MEC não tem nenhuma posição sobre o assunto segundo o secretário. Solicitaram às IFES que façam um estudo sobre a autonomia. Caso não tenham resposta alguma medida será tomada. "Ou se opta por uma definição das regras do jogo". A experiência de São Paulo não pode ser transposta para o Plano Federal porque a legislação proíbe qualquer vinculação orçamentária e é impossível trabalhar com percentual fixo de receita. Em relação à auditoria na UFPA sobre o processo de enquadramento a SESU não tem informação sobre o assunto mas vai verificar a questão.
3. Aposentadoria - O MEC não tem definição sobre quem pagará a aposentadoria integral; não vai tomar a iniciativa de determinar que quem paga é a Universidade.
4. Abertura de concurso público para técnico-administrativo. O Secretário afirmou que os concursos continuarão sendo feitos de acordo com o plano. Solicitou que as IFES preparem com urgência exposição de motivos para aproveitamento das vagas existentes, considerando que o projeto que regulamenta o processo eleitoral prevê a contratação de pessoal até 30 dias após sua aprovação. Não está clara, no projeto, a possibilidade de realização de concurso durante o processo eleitoral. A FASUBRA indagou sobre a possibilidade de aumento do quadro. A SESU disse em princípio não haverá aumento, mas tentará atender situações específicas. Distúrbios a realidade dos quadros das IFES. Apenas as vagas previstas na 474 para docentes serão preenchidas.

5. Estadualização dos HUs. A SESU considera que os HUs são órgãos das Universidades, portanto são subordinados ao MEC mas deverão estar integrados ao SUS (participarão na programação de atendimento do orçamento global da área de saúde) através possivelmente de um órgão colegiado que fará a articulação Universidade x SUS. Os HUs continuarão sendo centros de Ensino, Pesquisa e Extensão. As atribuições do SUS provavelmente serão definidas na área de planejamento (necessidades, competência, qualificação exigida, etc). A normatização fica com o MEC. Há unanimidade na posição do governo sobre a questão.
6. Questão verbas. A SESU não discute a questão em termos de percentual e sim das necessidades das IFES, não permitindo expansão, apenas garantindo a sobrevivência e as questões de emergência. Até o final do mês as IFES apresentarão seus projetos de suplementação orçamentária, mas haverá suplementação no 1º semestre. O padrão para atendimento das necessidades das IFES é o limite de recursos. Vão trabalhar com a conjuntura tomando os cuidados para que isso não comprometa a Política Nacional de Educação. Os programas específicos terão prioridade (MEC/BID/CEF). Estão tentando antecipar o desembolso do duodécimo. Foram repasse los 4 parcelas antecipando, sacrificando setores. As parcelas estão sendo divididas por 10 o que aumenta a dotação. Mas aumento real do percentual de OCC só a SEPLAN pode autorizar o Tesouro Nacional a fazer.